



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 949853

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

1.Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia - SAF/MDA**
Nome da autoridade competente: **Vanderley Ziger.**
Número do CPF: *****.101.019-**.**
Nome da Secretaria/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia - SAF/MDA**
Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **Portaria nº 564, de 13 maio de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 14 de maio de 2024, Edição nº 92, Seção 2, pág. 1.**

2. UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: **UG 490051/Código de Gestão 00001 - Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia - SAF/MDA**
Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **UG 490051 - Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia - SAF/MDA**

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

1. Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: **Universidade Federal do Pará - UFPA**
Nome da autoridade competente: **Gilmar Pereira da Silva.**
Número do CPF: *****.656.202-**.**
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: **Universidade Federal do Pará – UFPA/Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia – LEDTAM/Faculdade de Geografia do Campus Universitário de Altamira**
Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **Decreto de 20 de setembro de 2024, publicado no Diário Oficial da União Nº 184 de 23 de setembro de 2024, Seção 2, página 1.**

2. UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: **UG 153063/Código de Gestão 15230: Universidade Federal do Pará – UFPA**
Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED: **UG 153063: Universidade Federal do Pará – UFPA**

3. OBJETO

Formar agentes e Assessores/as Técnicos Rurais em Bioeconomia e cadeias de valores dos produtos da biodiversidade amazônica.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED

A Universidade Federal do Pará, em atendimento às ações de Pesquisa, Ensino e Extensão, via o Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia – LEDTAM, vinculado à Faculdade de Geografia, Campus Universitário de Altamira em parceria com o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares no Campus Universitário de Belém, outros Campus da UFPA e outras instituições de ensino presentes nos diferentes territórios como a

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade Federal do Oeste Paraense (Ufopa) e Instituto Federal do Pará (IFPA), atuará no fortalecimento da Bioeconomia e Cadeias Produtivas na Amazônia. Tendo como ponto de partida a experiência do Programa CapGestão Amazônia, executado pela parceria existente entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, com o apoio do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha, propõem-se a formar e qualificar agentes e assessores/as técnicos/as rurais que atuam nos diferentes territórios das regiões de integração do estado do Pará: Xingu; Baixo Amazonas; Araguaia; Tocantins e Metropolitana. Metodologicamente a proposta conta com três frentes de ações: a) Diagnóstico socioprodutivo e da assessoria técnica rural para bioeconomia, buscando-se verificar as potencialidades das sociobiodiversidade, os empreendimentos coletivos da bioeconomia e as condições das assessorias técnicas rurais para atuarem os processos que potencializam a bioeconomia; b) Formação de agentes e de assessores/as técnicos/as rurais em processos que possam subsidiar a valorização da biodiversidade, a compreensão da diversidade social, o respeito aos saberes originários e tradicionais, a implementação de inovação sustentável, a valorização da floresta em pé, a melhoria nas cadeias de valores dos produtos da bioeconomia, o acesso as políticas públicas de compras da agricultura familiar, adequação e regularização dos empreendimentos comunitários familiares e artesanais no que tange às normas vigentes de acesso aos mercados; e c) Assessoramento aos empreendimentos coletivos rurais de base familiar selecionados no diagnóstico. A centralidade da proposta está em proporcionar a integração entre assessores/as técnicos/as rurais e agentes da bioeconomia de modo que possam ao longo de doze (12) meses, verificar os processos adotados e a partir daí contribuir para adoção de inovação técnica, e/ou processos que contribuam para atuação sustentável destes empreendimentos nas cadeias produtivas de valores dos produtos da bioeconomia da Amazônia.

Notadamente, a lógica hegemônica do mercado não pauta o desenvolvimento dos territórios como prioridade, pelo contrário, aproveita-se das adversidades para implementação do lucro, ao passo em que o patrimônio comum da humanidade vai sendo degradado de forma irreversível. Daí a necessidade de propostas como esta que pautam o desenvolvimento territorial sustentável e reconhecem as condições socioprodutivas e o potencial dos territórios, a medida em que contribuam para a formação e qualificação de agentes e de assessores/as técnicos/as em processos para a bioeconomia sustentável e inclusiva, estimulando a atuação e a cooperação institucional para o uso sustentado dos recursos da sociobiodiversidade e a gestão com boas práticas dos empreendimentos coletivos rurais.

A proposta está planejada para acontecer em vinte e quatro (24) meses e tem as seguintes metas:

Meta 01 – Diagnóstico socioprodutivo e da Assessoria Técnica Rural para Bioeconomia

Realização de um (01) diagnóstico sobre os aspectos e as potencialidades produtivas da biodiversidade para bioeconomia nas cinco (05) regiões de integração do Pará, buscando verificar os caminhos para o desenvolvimento territorial sustentável, bem como as necessidades de formação e de qualificação para os profissionais envolvidos na Assistência Técnica Rural nos territórios, principalmente com ênfase na gestão de empreendimentos rurais coletivos de base familiar para ampliação de renda a partir de compras públicas e privadas.

Etapas 1.1: Oficina de nivelamento membros das diferentes IFS envolvidos na Proposta;

Etapas 1.2: Expedições de campo nas diferentes regiões de integração;

Etapas 1.3: Sistematização dos dados e mapeamento dos territórios.

Meta 02 – Formação de Agentes e de Técnicos da Assessoria Rural em Processos para Bioeconomia

Formação de agentes em Bioeconomia e assessores/as técnicos rurais por meio da organização e oferta de dez (10) formações temáticas já estabelecidas: 1– Agroecologia e desenvolvimento territorial rural; 2 – Turismo rural de base comunitária; 3 – Plantas úteis e quintais agroflorestais; 4 - Regularização e justiça ambiental; 5 – Sistemas de informações geográficas – SIG; 6 - Desenvolvimento organizacional participativo e Planos de Negócios; 7 – Análise de cadeias de valor com enfoque em gênero; 8 – Diferenciação de mercados; 9 – Associativismo e cooperativismo sustentável; 10 - Participação de mulheres e juventudes na bioeconomia, e outros dois (02) estabelecidos durante o diálogo com os/as assessores/as técnicos/as.

Os cursos serão de curta duração, tendo cada um dos cursos trinta e duas (32) horas contabilizadas em sua carga horária e ofertados ao longo dos meses de execução da proposta, mantendo a regularidade da oferta no intervalo máximo de dois meses entre os cursos. Em apoio será uma (01) Plataforma de Educação Continuada que possibilite o acesso remoto de cursos, documentários, entrevistas, informativos e outros materiais didáticos para os agentes da bioeconomia e os assessores técnicos rurais, bem como qualquer outra pessoa interessada em conteúdos e informações acerca de sistemas produtivos sustentáveis, agroecologia, sociobiodiversidade, mercado justo, dentre outros temas que perpassam a Bioeconomia como alternativa para o Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Amazônia.

Etapas 2.1: Oficinas temáticas (formações temáticas).

Meta 03 – Diálogos Formativos

Organização de quatro (04) diálogos formativos em cada uma das cinco (05) regiões de integração. Os diálogos serão organizados por equipes compostas por agentes e assessores/as técnicos/as que estarão em formação pela proposta e serão construídos em conjunto com agricultores/as familiares, estudantes das Casas Familiares Rurais, lideranças rurais, povos tradicionais, ponderando as informações dos diagnósticos realizados nos territórios e os conhecimentos e saberes adquiridos nas formações ofertadas. Espera-se que participem em cada uma dessas formações, no mínimo, vinte (20) pessoas, priorizando a participação de mulheres e jovens.

Etapas 3.1: Oficinas temáticas (formações temáticas).

Meta 04 – Acompanhamento de empreendimentos coletivos da agricultura familiar

Acompanhamento de, pelo menos, dois (02) empreendimentos coletivos da agricultura familiar em cada uma das cinco (05) regiões de integração. A meta é que os/as agentes e os assessores/as técnicos/as atuantes nos territórios e qualificados nas formações interajam por meio de uma proposta de acompanhamento, construção de estratégias e diálogos, para que os empreendimentos sejam beneficiados com os conteúdos e as ferramentas das formações. Com isso, espera-se que ao final do acompanhamento os empreendimentos tenham adotado concepções, processos e/ou práticas que permitam avançar com seus empreendimentos com produtos da bioeconomia para mercados nacionais (públicos e privados) e internacionais.

Etapas 4.1: Expedições de campo para acompanhamento dos empreendimentos.

Meta 05 – Elaboração de cartilhas temáticas para o empoderamento dos territórios

Elaboração de, pelo menos, quatro (04) cartilhas sobre temas importantes que possam subsidiar o fortalecimento das organizações locais, a conscientização dos/as agricultores/as familiares sobre a valorização da floresta em pé e boas práticas produtivas. Além de apresentar informações sobre a importância da participação de jovens e de mulheres na cadeia de valores dos produtos da biodiversidade e caminhos para acessar políticas públicas. O mote das cartilhas é sistematizar temas relevantes para o fortalecimento da bioeconomia da Amazônia, de forma a ser acessível e esclarecedora para os moradores dos territórios rurais envolvidos na proposta.

Etapa 5.1: Elaboração de cartilhas temáticas.

Meta 06 – Oferta do curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Bioeconomia e Desenvolvimento Territorial na Amazônia

Etapa 6.1: Oferta do curso de Pós- Graduação Lato Sensu-Bioeconomia e Desenvolvimento Territorial.

Oferta de um (01) curso de especialização Lato Sensu – Bioeconomia e Desenvolvimento Territorial na Amazônia. A meta é ofertar o curso com vinte e cinco (25) vagas, buscando a maior coerência nas distribuições de vagas entre as regiões de integração, destinando 30% das vagas para mulheres que estejam atuando na assessoria técnica em seus territórios. O curso terá carga horária de trezentas e sessenta (360) horas, distribuídas em módulos formativos e atividade de conclusão do curso. Importante destacar que o trabalho de conclusão de curso deverá ser pautado em problemas diagnosticados nas regiões, estabelecendo maior aproximação dos conteúdos acessados na especialização e a realidade dos territórios que os estudantes estão atuando. O curso tramitará institucionalmente e terá o reconhecimento da Universidade Federal do Pará (UFPA), contando com a parceria das outras instituições de Ensino Superior parceiras da proposta, a saber: Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Instituto Federal do Pará (IFPA); Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

Meta 07 – Publicação do livro – Bioeconomia e Desenvolvimento Territorial na AmazôniaPublicação de um (01) livro apresentando os resultados da proposta, destacando elementos importantes do diagnóstico para elaboração de políticas públicas; os relatos de experiência das formações e as atividades de conclusão da especialização produzido pelos discentes em parceria com os professores responsáveis pela orientação das atividades. A ideia é disponibilizar para a sociedade um trabalho completo sobre os principais produtos alcançados com a execução da proposta, garantindo uma reflexão acadêmica qualificada sobre a Bioeconomia e Desenvolvimento Territorial na Amazônia. Espera-se conseguir produzir alguns exemplares impressos para que sejam disponibilizados para as instituições e organizações sociais dos territórios e uma versão e-book para ser disponibilizada na plataforma on-line da proposta.

Etapa 7.1: Publicação do livro - Bioeconomia e Desenvolvimento Territorial na Amazônia .

Meta 8 – Criação da Rede de Cooperação da Bioeconomia Amazônica

Criação de uma (01) rede em que possa reunir instituições de ensino, pesquisa, assessoria e extensão, organizações da sociedade civil, lideranças comunitárias e outros sujeitos atuantes na Amazônia, com o objetivo de ampliação do conhecimento acerca da sociobiodiversidade, do potencial da bioeconomia e construção de estratégias para empoderamento dos territórios amazônicos em relação às cadeias de valores dos produtos da biodiversidade amazônica, a agroecologia e a busca de caminhos sustentáveis para o Desenvolvimento Territorial na Amazônia. O processo de criação da rede já está em andamento, inclusive a proposta que segue no escopo deste texto é resultado de conversas e do planejamento interinstitucional realizado em função de ações que Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH em parceria com o MDA que vem sido desenvolvidas no Pará.

Etapa 8.1: Criação da rede.

Meta 9 – Ampliação da Rede de Cooperação da Bioeconomia Amazônica

A rede criada “Rede de Bioeconomia Amazônia” tem articulado instituições de ensino, pesquisa e assistência técnica na Amazônia e assessorado os processos de formação crítica acerca do potencial da biodiversidade, bioeconomia e principalmente como a ATER pode contribuir para dinâmicas produtivas que respeitem as dinâmicas locais e a resiliência dos recursos naturais. A atuação da rede rompeu fronteiras e agora temos a demanda e o interesse em ampliar para o contexto nacional e provocar no contexto internacional a organização de uma rede que concatene ações de diferentes países a partir das experiências que nacionalmente têm sido exitosas e ainda ofertar por meio da ampliação da rede cursos e treinamentos, para diferentes países, pautados nos princípios da agroecologia, seguindo a orientação central das políticas do MDA.

Etapa 9.1 : Ampliação da rede para os contextos nacional e internacional

Meta 10 – Diagnóstico socioprodutivo e da Assessoria Técnica Rural para Bioeconomia na Região de Integração Marajó

Realização de um (01) diagnóstico sobre os aspectos e as potencialidades produtivas da biodiversidade para bioeconomia na região de integração Marajó, buscando verificar os caminhos para o desenvolvimento territorial sustentável, bem como as necessidades de formação e de qualificação para os profissionais envolvidos na Assistência Técnica Rural nos territórios, principalmente com ênfase na gestão de empreendimentos rurais coletivos de base familiar para ampliação de renda a partir de compras públicas e privadas. Essa meta foi gerada como resposta a demanda do Estado que provocou entender a complexidade a partir da realidade do Marajó que inicialmente não estava na proposta.

Etapa 1.1: Expedições de campo nas áreas do Marajó;

Etapa 1.2: Oficinas temáticas (formações temáticas).

Meta 11 – Coordenação e execução da proposta

Com intuito de alcançar os melhores resultados será criado uma coordenação compartilhada com diferentes membros para acompanhamento, controle e ajustes, quando necessário. A gestão financeira para melhor execução, economicidade e pagamentos de recursos humanos, serviços e materiais que se fizerem necessários nas ações do projeto será contratada a Fundação de amparo vinculada a UFPA.

Etapa 11.1: Coordenação da proposta;

Etapa 11.2: Coordenação da proposta na fase 2 (ampliação)

Etapa 11.3: Gestão da proposta

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED

Diferentes fontes de informações apresentam que os municípios brasileiros são considerados, em sua maioria, ambientes rurais e são carentes economicamente para sua manutenção, dependendo diretamente de recursos e de repasses dos Estados e do Governo Federal. Essa condição contribui para que não alcancem a sustentabilidade e nem tão pouco proporcione o desenvolvimento territorial.

Apesar deste contexto, muitos municípios, em especial os municípios da Amazônia, apresentam grande potencial em função da sua rica biodiversidade. No entanto, em função da indevida apropriação e uso dos recursos naturais por parte dos grandes especuladores e empreendimentos do setor agrohidrominerador, problemas de degradação ambiental e vulnerabilidade social foram acarretados ao longo do tempo. Ao negligenciar as dinâmicas locais e avançar com o desflorestamento, os territórios foram cada vez mais tornando-se dependentes das definições exógenas, priorizando práticas produtivas que os distanciavam de suas práticas tradicionais para se voltar a atividades especializadas em que os mercados definiam como importantes. Acredita-se que se faz necessário retomar as discussões e as ações que possibilitem a emancipação dos territórios por meio do reconhecimento, da valorização dos saberes e das práticas agroecológicas e tradicionais e originárias e o respeito aos limites de resiliência dos recursos naturais. Dentre as ações que possam subsidiar essa retomada, aposta-se nos processos formativos e no acompanhamento das atividades nos territórios. Desta forma, apresenta-se esta proposta que pauta a institucionalização dos temas assistência técnica e extensão rural, bioeconomia e desenvolvimento territorial nas principais instituições de ensino, pesquisa, assessoria e extensão do estado do Pará, ao passo em que proporciona a formação de agentes e assessores técnicos, num processo de capacitação que tende a se tornar permanente, estimulando estes a replicar (construir/dialogar), a partir de suas formações nos territórios em que atuam diariamente.

Entende-se que a execução desta proposta pode contribuir para implementação de estratégias sustentáveis nos territórios, pois ao qualificar/capacitar os/as agentes e principalmente os/as assessores/as técnicos/as atuantes nas cinco regiões constrói-se em conjunto com os empreendimentos coletivos e líderes comunitários/as de base familiar, caminhos alternativos pautados nos produtos da biodiversidade, adotando inovações e técnicas que poderão potencializar a bioeconomia amazônica e assim corroborar para mitigação da degradação ambiental, garantia da segurança alimentar, acesso à política pública e participação em cadeias de mercados nacional e/ou internacional, respeitando os limites dos recursos disponíveis na Amazônia.

A proposta está ancorada em seis (06) regiões de integração do Pará, definidas em função da experiência acumulada pela parceria GIZ e o MDA, a qual tem proporcionado com a execução do Programa CapGestão a atuação de professores da UFPA, IFPA, UFRA, UFOPA e de Casas Familiares Rurais (CFR) nos territórios rurais das regiões definidas para o espaço empírico de execução desta proposta. Na proposta estão contemplados seis (06) territórios das doze (12) regiões de integração do estado, estabelecendo um mosaico com vasta extensão territorial e diferentes condições social, econômica, ambiental e produtiva do Pará. Além do Pará, já estão envolvidos no projeto o estado do Amazonas, com participação da UEA e do Amapá, com a participação da UEAP, agora, com o aditivo do projeto serão envolvidos os demais estados da Amazônia.

Deste modo, considera-se garantir a representação de totalidade da condição do estado do Pará atualmente. Em destaque apresenta-se algumas informações gerais das regiões de integração:

Xingu:

A Região de Integração do Xingu é composta por 9 municípios, sendo eles Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto do Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, que juntos somam uma população de aproximadamente 356 mil habitantes. Altamira é o município com a maior população. De acordo com dados obtidos na plataforma MAPBiomas, o conjunto dos territórios dos municípios desta Região de Integração Territorial possui: 84,47% de florestas; 1,42 % de formações naturais não florestais; 12,54% de agropecuária e; 1,53% de corpos d'água, sendo sua urbanização baixa em relação ao total do território. Dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, mostram que para Altamira, das 3.896 propriedades identificadas como da agricultura familiar, apenas 5,1% recebiam atendimento de ATER. Em Uruará, das 3.993 propriedades identificadas como da agricultura familiar, apenas 5,76 % recebiam atendimento da ATER. Tal cenário se assemelha aos demais municípios. Esta região possui uma sede regional da Agência de Defesa Agropecuária em Altamira, e escritórios regionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará, em todos os municípios. Sua economia representa aproximadamente 3% do Produto Interno Bruto do Estado do Pará na produção agropecuária. O território se apresenta como o maior produtor de cacau e banana do estado. Também tem destaque: 13% de produção de bovinos e 8% de madeira. Sua área territorial equivale a 20% do território do estado do Pará e sua população enfrenta problemas sociais como alto índice de pobreza com mais de 44% da população nesta faixa, fortes índices de analfabetismo e de mortalidade infantil (17% ambos).

Baixo Amazonas:

A Região de Integração do Baixo Amazonas é composta por 12 municípios, sendo estes Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Mojuí dos Campos, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa. Estes municípios juntos somam uma população de aproximadamente 705 mil habitantes. Santarém é o município com maior população. De acordo com dados obtidos na plataforma MAPBiomas, o conjunto dos territórios dos municípios desta Região de Integração Territorial possui 88,10% de florestas, 3,43 % de formações naturais não florestais, 3,91% de agropecuária e 4,47% de corpos d'água, sendo sua urbanização baixa em relação ao total do território. Dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE mostram que para Santarém, das 7379 propriedades identificadas como de Agricultura Familiar, apenas 8,03 % recebiam atendimento de ATER. Em Prainha, das 1211 propriedades identificadas como de Agricultura Familiar, apenas 5,61 % recebiam atendimento de ATER. Tal cenário se assemelha aos demais municípios. Esta região possui 03 sedes regionais da Agência de Defesa Agropecuária em Santarém, Almeirim e Oriximiná e escritórios regionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará em todos os municípios. Sua economia representa aproximadamente 6,5% do Produto Interno Bruto do Estado do Pará, na sua produção agropecuária e o território se apresenta como o maior produtor de mandioca e extração de castanha da Amazônia, além de relevante produção de soja e milho no estado. Também tem destaque para 12% produção de bovinos e 19% de madeira. Sua área territorial equivale a 25% do território do estado do Pará, e sua população enfrenta problemas sociais como alto índice de pobreza com mais de 49% da população nesta faixa, fortes índices de analfabetismo (12%) e de mortalidade infantil (17%).

Araguaia:

A Região de Integração do Baixo Araguaia é composta por 15 municípios, sendo estes Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'Arco Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã e Uruará. Juntos, esses municípios somam uma população de aproximadamente 521 mil habitantes. São Félix do Xingu é o município com maior população. De acordo com dados obtidos na plataforma MAPBiomas, o conjunto dos territórios dos municípios desta Região de Integração Territorial possui 59,40% de florestas, 3,08 % de formações naturais não florestais, 37,43% de agropecuária, 0,25% de áreas não vegetadas e 0,81% de corpos d'água, sendo sua urbanização baixa em relação ao total do território. Dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE mostram que para São Félix do Xingu, das 6375 propriedades identificadas como de Agricultura Familiar, apenas 4,26 % recebiam atendimento de ATER. Em Conceição do Araguaia, das 3388 propriedades identificadas como de Agricultura Familiar, apenas 11,74 % recebiam atendimento de ATER. Tal cenário se assemelha aos demais municípios. Esta região possui 01 sede regional da Agência de Defesa Agropecuária em Xinguara e escritórios regionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará em todos os municípios. Sua economia representa aproximadamente 5,7% do Produto Interno Bruto do Estado do Pará, na sua produção agropecuária o Território se apresenta como o maior produtor de bovinos, além de abacaxi, soja, milho e extração de madeira, cacau, banana e arroz. Sua área territorial equivale a 14% do território do Estado do Pará, e sua população apresenta índice de pobreza de 29% da população nesta faixa (a segunda menor do Estado), fortes índices de analfabetismo (16%) e de mortalidade infantil (18%).

Tocantins:

A Região de Integração do Tocantins é composta por 11 municípios, sendo estes Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia, que juntos somam uma população de aproximadamente 803 mil habitantes. Abaetetuba é o município com maior população. De acordo com dados obtidos na plataforma MAPBiomias, o conjunto dos territórios dos municípios desta Região de Integração Territorial possui 65,73% de florestas, 4,45 % de formações naturais não florestais, 22,90% de agropecuária, 0,26% de áreas não vegetadas e 8,30% de corpos d'água, sendo sua urbanização baixa em relação ao total do território. Dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE mostram que para Abaetetuba, das 9410 propriedades identificadas como de Agricultura Familiar, apenas 6,63 % recebiam atendimento de ATER. Em Cametá, das 12889 propriedades identificadas como de Agricultura Familiar, apenas 2,93 % recebiam atendimento de ATER. Tal cenário se assemelha aos demais municípios. Esta região possui 01 sede regional da Agência de Defesa Agropecuária em Abaetetuba e escritórios regionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará em todos os municípios. Sua economia representa aproximadamente 7 % do Produto Interno Bruto do Estado do Pará. Quanto à produção agropecuária, o território se destaca como produtor de dendê, pimenta do reino, açaí, coco, e mandioca, além de forte potencial pesqueiro. Sua área territorial equivale a 3% do território do estado do Pará, e sua população apresenta índice de pobreza de 48,1% da população nesta faixa, fortes índices de analfabetismo (14,9%) e de mortalidade infantil (17,13%).

Guajarina:

A Região de Integração Guajarina é composta por 5 municípios, sendo estes Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba e Santa Bárbara, que juntos somam uma população de aproximadamente 2,1 milhões de habitantes, 26% da população do Pará. Belém é o município com maior população. De acordo com dados obtidos na plataforma MAPBiomias, o conjunto dos territórios dos municípios desta Região de Integração Territorial possui 39,82% de florestas, 14,38% de agropecuária, 11,71% de áreas não vegetadas e 33,70% de corpos d'água. Dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE mostram que para Belém, das 601 propriedades identificadas como da agricultura familiar, apenas 2,66 % recebiam atendimento de ATER. Em Santa Bárbara, das 447 propriedades identificadas como da agricultura familiar, 24,60% recebiam atendimento de ATER, enquanto em Benevides, das 211 propriedades identificadas como da agricultura familiar, recebiam visita da ATER apenas 9,47%. Tal cenário se assemelha aos demais municípios. A Agência de Defesa Agropecuária está sediada em Belém e escritórios regionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará em todos os municípios e nas ilhas. Sua economia representa aproximadamente 29 % do Produto Interno Bruto do Estado do Pará. Na produção agropecuária, o Território se destaca por uma produção diversificada dada pela agricultura em áreas rurais como também pela agricultura urbana e periurbana e na região de ilhas. Sua área territorial equivale a 0,2% do território do Estado do Pará, e sua população apresenta índice de pobreza de 20,88% da população nesta faixa, índices de analfabetismo (4 %) e de mortalidade infantil (16,99%).

Marajó:

A Região de Integração do Marajó apresenta um grande potencial econômico baseado na agropecuária (açaí, mandioca, pecuária bubalina e bovina) e no extrativismo como a produção da sociobiodiversidade com óleos vegetais por exemplo (andiroba, pataúá, copaíba etc..), e no turismo, o que contrasta com uma região marcada por profundas necessidades de mudanças sociais como baixo IDH dos municípios, entre os piores do Brasil. O baixo PIB per capita em 2020 (muito inferior às médias estadual e nacional) e o fato de o setor de administração pública ser o maior gerador de valor adicionado (53% do total) indicam uma economia com pouca diversificação e alta dependência de recursos externos, um quadro que exige a qualificação de agentes para potencializar o desenvolvimento local de forma sustentável e combater a vulnerabilidade social.

A inclusão do Marajó é crucial para o objetivo do projeto de realizar um diagnóstico socioprodutivo da bioeconomia e observar as potencialidades das sociobiodiversidades, articulando com uma maior capacitação da ATER e empoderamento de empreendimentos coletivos que atuam com a sociobiodiversidade. O arquipélago é rico de biodiversidade e de atividades tradicionais, podemos destacar o manejo do açaí nativo e a pecuária bubalina, esta última atividade recentemente ganhou reconhecimento com a Indicação Geográfica do queijo do Marajó. Isto demonstra que a bioeconomia é intrínseca à realidade marajoara. Um contraste é essa riqueza convive com a necessidade urgente de melhorias e transformação das cadeias produtivas locais, especialmente as da agricultura familiar, que respondem por 94,22% dos estabelecimentos agropecuários da região.

O território do Marajó é um exemplo eloquente da escassez de ATER, um fator que o projeto busca explicitamente diagnosticar e superar. O Censo Agropecuário de 2017 revelou que apenas 2,50% dos estabelecimentos rurais marajoaras receberam algum tipo de orientação técnica, um índice alarmantemente baixo quando comparado ao Pará (5,99%) e ao Brasil (20,21%). Tal disparidade impede que os empreendimentos coletivos da bioeconomia, predominantemente formados por agricultores familiares, se desenvolvam plenamente, adotem tecnologias adequadas ou acessem crédito rural. Diagnosticar melhor esta realidade territorial e auxiliar na capacitação de Agentes e Assessores Técnicos Rurais em Bioeconomia Amazônica no Marajó auxiliará nas políticas públicas e na tomada de decisão para diminuir as lacunas, alinhado com as necessidades da população ruais.

A Região de Integração do Marajó, portanto, não é apenas um vasto território, mas um laboratório social e produtivo onde a implementação do projeto auxiliará em ações de redução das desigualdades, com uma realidade diversa, Marajó dos Campos e Marajó das Florestas, distancias e logísticas que dificultam o acesso aos territórios são questão a serem pesquisadas e apresentadas. O diagnóstico do projeto, ao considerar a realidade da região, permitirá desenvolver estratégias de ATER que sejam verdadeiramente adaptadas às complexidades do território, desde as áreas de alta densidade até as vastas extensões ribeirinhas e campestres. Em síntese, a inclusão do Marajó no projeto é plenamente justificada e essencial. A região oferece um panorama diversificado de sociobiodiversidade, um cenário de carência crítica de ATER e uma evidente necessidade de transformação social e econômica. Ao integrar este território, o projeto potencializa os objetivos de diagnóstico, mas ainda permite que a análise sobre a bioeconomia e a ATER no Pará seja a mais completa e representativa possível, focando em uma das áreas de maior vulnerabilidade e, simultaneamente, de maior potencial da Amazônia. Observa-se a partir das informações apresentadas que as seis regiões juntas representam a grande diversidade da sociobiodiversidade do Pará. Como pontos comuns podemos citar: as regiões têm um uso desordenado dos recursos naturais e a necessidade de qualificar/capacitar a ATER para as questões acerca da agroecologia, sistemas integrados, sustentabilidade, bioeconomia, diferenciação de mercados. Todos esses fatores devem ser abordados com o objetivo de proporcionar condições e ações para o Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável. Nesse sentido, acredita-se que esta proposta pode colaborar diretamente com os processos de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável nas cinco regiões e indiretamente orientar as políticas públicas dos estados Amazônicos.

O Programa CAPGestão, viabilizado em parceria com a Cooperação Técnica Alemã (GIZ), inserese no Projeto "Bioeconomia e Cadeias de Valor", com objetivo de que empreendimentos da agricultura familiar ampliem a comercialização em cadeias de valor prioritárias para o desenvolvimento da bioeconomia sustentável e inclusiva na Amazônia. O Programa já possui ampla abrangência territorial e abordagem relevante ao contexto da Amazônia Brasileira no que tange o fortalecimento de empreendimentos de base da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais. Por ser uma parceria com entidade estrangeira, atualmente, o Projeto possui limitações orçamentárias que travam o desenvolvimento dos Professores matriculados nos cursos do CAPGestão e, consequentemente prejudicam o desempenho desses atores em formação, justamente para realização das atividades de campo em regiões de extrema importância, como os interiores do estado do Pará. Tais atividades são cruciais dentro da concepção pedagógica progressista, proposta inspirada a partir da vivência dos alunos e estudo do cotidiano, em contato com a realidade do campo, pela pedagogia da alternância, a análise e a compreensão crítica da realidade através do diálogo, a conscientização do papel social do conhecimento, a sistematização e aplicação na realidade, de forma dialética. Além do aspecto orçamentário, o Projeto nesta nova fase visa expandir sua rede de atuação e seu impacto focado no estado do Pará.

Sendo assim, a partir da aproximação institucional entre Universidade Federal do Pará e GIZ, por meio do Projeto CapGestão, faz-se necessário a celebração deste TED tanto para estabelecer a parceria interinstitucional, como concretizar a execução de forma efetiva e ampliada do Projeto CapGestão, em sintonia com as vertentes propostas pelo MDA a fim de fomentar políticas públicas endereçadas às agriculturas familiares e desenvolvimento rural sustentável. A UFPA, por ser um centro de excelência e referência nacional e internacional na formação de profissionais que atuam em diversas áreas do conhecimento na Amazônia, é a instituição mais preparada para desenvolver tal projeto com metas ambiciosas.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

- ()Sim
- (X)Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- (X) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
- () Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
- (X) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

O recurso de investimento no valor de R\$ 142.903,74 (cento e quarenta e dois mil novecentos e três reais e setenta e quatro centavos), a ser descentralizado na natureza de despesa 449039, será executado de forma direta pela Universidade Federal do Pará e o remanescente será de forma descentralizada.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

- (X)Sim
- ()Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1. Ressarcimento de despesas operacionais da Fundação de Amparo ao Desenvolvimento de Pesquisa - FADESP, no valor de R\$ 383.480,00 (trezentos e oitenta e três mil quatrocentos e oitenta reais), representando 8,8% do custo total do projeto.

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total (R\$)	Início	Fim
META 1	Diagnóstico socioprodutivo e da assessoria técnica rural.				R\$ 329.608,45	11/2023	12/2026
Etapa 1.1	Oficina de nivelamento membros das diferentes IFSs envolvidos na Proposta	Unidade	1	R\$ 53.535,00	R\$ 53.535,00	11/2023	12/2026
Etapa 1.2	Expedições de campo nas diferentes regiões de integração.	Unidade	5	R\$ 45.291,95	R\$ 226.459,75	02/2024	06/2027
Etapa 1.3	Sistematização dos dados e mapeamento dos territórios.	Unidade	1	R\$ 49.613,70	R\$ 49.613,70	04/2024	08/2027
PRODUTOS	02 Relatórios (Parcial e Final); 01 Oficina de nivelamento; 05 Expedições de campo; 01 Relatório de dados sistematizados; 01 Cartografia dos Territórios.						
META 2	Formação de agentes e de técnicos de Assessoria Rural em processos para Bioeconomia.				R\$ 517.650, 00	08/2024	12/2026
Etapa 2.1	Oficinas temáticas (formações temáticas).	Unidade	12	R\$ 43.137,50	R\$ 517.650,00	08/2024	12/2026
PRODUTOS	12 Oficinas com 40 participantes qualificados em cada uma delas; 05 Planos de Formação; 01 Relatório com os resultados das oficinas.						

META 3	Diálogos formativos.				R\$ 363.500, 00	08/2024	08/2027
Etapa 3.1	Oficinas temáticas (formações temáticas).	Unidade	24	R\$ 15.145,83	R\$ 363.500,00	08/2024	08/2027
PRODUTOS	20 Oficinas temáticas; 400 Agentes e assessores técnicos formados; 01 Relatório das atividades.						
META 4	Acompanhamento de empreendimentos coletivos da Agricultura Familiar.				R\$ 156.200, 00	11/2024	09/2027
Etapa 4.1	Expedições de campo para acompanhamento dos empreendimentos.	Unidade	12	R\$ 13.016,67	R\$ 156.200,00	11/2024	09/2027
PRODUTOS	12 acompanhamentos de empreendimentos coletivos da agricultura familiar; 01 Relatório com os resultados dos acompanhamentos.						
META 5	Elaboração de Cartilhas temáticas para empoderamento dos territórios.				R\$ 45.600,00	08/2024	01/2027
Etapa 5.1	Elaboração de cartilhas temáticas.	Unidade	4	R\$ 11.400,00	R\$ 45.600,00	08/2024	01/2027
PRODUTO	1.600 Cartilhas temáticas para empoderamento dos territórios distribuídas nos territórios.						
META 6	Oferta de curso de Pós Graduação Lato Sensu – Bioeconomia e Desenvolvimento Territorial.				R\$ 306.700,00	11/2025	09/2027
Etapa 6.1	Oferta do curso de Pós- Graduação Lato Sensu-Bioeconomia e Desenvolvimento Territorial.	Unidade	1	R\$306.700,00	R\$ 306.700,00	11/2025	09/2027
PRODUTO	Formação de 40 especialistas em Bioeconomia e Desenvolvimento Territorial.						
META 7	Publicação do Livro Bioeconomia e Desenvolvimento Territorial.			R\$ 48.900,00	R\$ 48.900,00	08/2024	10/2027
Etapa 7.1	Publicação do livro - Bioeconomia e Desenvolvimento Territorial na Amazônia .	Unidade	6	R\$ 8.150,00	R\$ 48.900,00	08/2024	10/2027
PRODUTO	Publicação do Livro Bioeconomia e Desenvolvimento Territorial com tiragem de 600 exemplares.						
META 8	Criação da rede de cooperação da Bioeconomia Amazônica.			R\$140.800,00	R\$ 140.800,00	01/2024	12/2026
Etapa 8.1	Criação da rede.	Unidade	01	R\$140.800,00	R\$ 140.800,00	01/2024	12/2026
PRODUTO	01 Rede com a participação de instituições e organizações nacionais e internacionais que discutam e atuem com a Bioeconomia e assessoria técnica rural sustentável.						
META 9	Ampliação da rede para os contextos nacional e internacional			R\$918.180,00	R\$ 918.180,00	10/2023	11/2027
Etapa 9.1	Ampliação da rede para os contextos Nacional e Internacional	Unidade	01	R\$918.180,00	R\$ 918.180,00	10/2023	11/2027
PRODUTOS	01 Rede ampliada com a participação de instituições e organizações nacionais e internacionais que discutam e atuem com a bioeconomia e assessoria técnica rural sustentável.						
META 10	Diagnóstico socioproductivo e da Assessoria Técnica Rural para Bioeconomia na Região de Integração Marajó	Unidade	01	R\$344.624,00	R\$ 344.624,00	02/2026	07/2027
Etapa 10.1	Expedições de campo nas áreas do Marajó	unidade	04	R\$ 55.081,00	R\$ 220.324,00	02/2026	07/2027
Etapa 10.2	Oficinas temáticas (formações temáticas)	unidade	12	R\$ 10.358,33	R\$ 124.300,00	03/2026	12/2026
PRODUTOS	02 Relatórios (Parcial e Final); 04 Expedições de campo; 01 Relatório de dados sistematizados; 01 Cartografia do Território.						
META 11	Coordenação e execução da proposta	Unidade	01	R\$1.173.705,94	R\$ 1.173.705,94	10/2023	11/2025

Etapa 11.1	Coordenação técnica da proposta	Unidade	01	R\$ 383.480,00	R\$ 383.480,00	10/2023	11/2025
Etapa 11.1	Coordenação da proposta na fase 2 (ampliação)	Unidade	01	R\$ 412.800,00	R\$ 412.800,00	12/2025	11/2027
Etapa 11.3	Gestão da Proposta	Unidade	01	R\$ 377.425,94	R\$ 377.425,94	10/2023	11/2027
PRODUTOS	Execução da proposta atendendo as metas com qualidade e eficiência; 01 Relatório parcial; 01 Relatório Final.						

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
Novembro/ 2023	R\$ 300.000,00
Junho/2024	R\$ 1.045.468,38
Maiο/2025	R\$ 1.000.000,00
Novembro/2025	R\$ 1.000.000,00
Agosto/2026	R\$ 1.000.000,00
VALOR TOTAL	R\$ 4.345.468,38

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
339039 – SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA (sem as despesas administrativas da Fundação de Apoio)	Não	R\$ 3.819.084,64
339039 – CUSTO OPERACIONAL	Sim (8,8%)	R\$ 383.480,00
449052 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	Não	R\$ 142.903,74

12. PROPOSIÇÃO

Belém/PA, outubro de 2025.

GILMAR PEREIRA DA SILVA
Reitor da Universidade Federal do Pará - UFPA

13. APROVAÇÃO

Brasília/DF, outubro de 2025.

VANDERLEY ZIGER
Secretário de Agricultura Familiar e Agroecologia - SAF/MDA



Documento assinado eletronicamente por **Vanderley Ziger, Secretário(a)**, em 31/10/2025, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **47272527** e o código CRC **F779B650**.